

## **DECRETO Nº 67**

*de 23 de setembro de 2019*

### **"DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

*Guilherme Alves Monteiro - Prefeito do Município de Jardim - Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, artigo 76, inciso VII e com fundamento na Lei Federal nº. 8666, de 21 de junho de 1993, DECRETA:*

#### **Art. 1º.**

*Fica instituída a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis e de Valor Locatício de Bens Imóveis, órgão consultivo e deliberativo, de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, que terá as atribuições constantes neste Decreto.*

#### **Art. 2º.**

*A Comissão será composta por 03 (três) membros nomeados pelo Prefeito Municipal e respectivos suplentes, sendo dois membros e suplentes obrigatoriamente do quadro efetivo da Prefeitura Municipal;*

#### **I.**

*01 (um) Corretor de Imóveis ou 01 (uma) arquiteta do quadro da Prefeitura Municipal,*

**Titular: JOSÉ LUÍS FERNANDES MOREIRA - CRECI Nº 2994 - MS**

**Suplente: ANA CAROLINA BEARARI DE MIRANDA - CAU/MS A95558-2.**

## **II.**

*02(dois) membros do quadro da Prefeitura Municipal:*

*Titulares: **WILSON MOLINA DE BRITO e VANUSA GOMES DE LIMA;***

*Suplentes: **DOUGLAS HOFFMESTER BRAGA e JAIR GONÇALVES LOPES DOS SANTOS.***

## **Art. 3º.**

*A investidura dos servidores especificados nos art. 2o deste Decreto não excederá ao prazo de 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros na respectiva função.*

## **Art. 4º.**

*Os membros da comissão que não detém competência para a realização de avaliações, arbitramentos, vistorias e perícias, somente estarão incumbidos de auxiliar o profissional com o fornecimento de subsídios para as peças e/ou documentos a serem elaborados.*

## **Art. 5º.**

*São atribuições da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis e de Valor Locatício de Imóveis:*

### **I.**

*avaliar imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, passíveis de venda, doação, permuta ou dação em pagamento;*

### **II.**

*avaliar imóveis para fins de desapropriação, recebimento em doação, permuta, comodato, locação, dação em pagamento ou instituição de servidões;*

### **III.**

*avaliar áreas urbanas remanescentes de obra pública ou resultante de modificação de alinhamento;*

#### **IV.**

*verificar a compatibilidade do valor locatício pretendido pelo proprietário em relação ao mercado imobiliário local, tratando-se de locação ou arrendamento de imóveis particulares pelo Poder Público, bem como eventuais pedidos de reequilíbrio:*

#### **V.**

*reavaliar bens imóveis objeto de processos de desapropriação ainda não liquidados;*

#### **VI.**

*sugerir medidas, com os subsídios necessários, para a apreciação do Prefeito Municipal, inclusive sobre a contratação de perícias e laudos que entenderem necessários;*

#### **VII.**

*assessorar sempre que necessário o Prefeito Municipal, os Secretários Municipais, a Assessora Jurídica e a Procuradora do Município.*

#### **Art. 6º.**

*Os laudos de avaliação deverão ser elaborados de acordo com as Normas da ABNT e legislação vigente.*

#### **Parágrafo único. .**

*A Comissão poderá solicitar a contratação de peritos externos nos casos em que a complexidade da avaliação assim o requeira, utilizando os laudos contratados para a composição da avaliação.*

#### **Art. 7º.**

*Os "Laudos de Avaliação" e demais documentos técnicos serão elaborados e assinados pelo profissional habilitado e nomeado para compor a comissão.*

**Art. 8º.**

*Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em e especial **Decreto n.º 130/2017 de 10 de outubro de 2017.***

*Jardim-MS, 23 de setembro de 2019.*

**GUILHERME ALVES MONTEIRO** *Prefeito de Jardim*

---

*Decreto Nº 67/2019 - 23 de setembro de 2019*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*